

**A CONSTITUIÇÃO DO RECONHECIMENTO COMUNITÁRIO
NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS PESQUEIRAS
CABISTAS POR MEIO DE PARTICULARIDADESSIMBÓLICAS**

Manuela Chagas Manhães (UNEF, UNESA e CNEC)

manuelacmanhaes@hotmail.com

Júlio Esteves (UNEF)

julioesteves46@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho analisa como as identidades são construídas por meio da herança cultural intermediada pela narrativa, em um processo permanente de transmissão cultural e de participação dos indivíduos nas atividades cotidianas de extração marinha da Região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro. Com destaque das atividades, tais como pesca da anchova, da lula, do camarão e extração de mariscos como meio de fortalecimento da identidade social. Para melhor compreensão fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) identidade cultural, memória coletiva e pertencimento; (2) como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre pescador e peixe/lula/camarão ou extrator e marisco favorece ou não a reprodução da identidade social, e, por último, (3) narrativa e história oral como meio de socialização e resgate da identidade dos membros da comunidade. Assim o objetivo é analisar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural além de nortear a importância da autoidentificação para que haja reconhecimento desta comunidade como comunidade tradicional e assim possibilitar a reflexão da justiça territorial, ambiental e social.

Palavras-chave:

Cultura. Herança cultural. Comunidade tradiocnal de pesca.

1. Introdução

A constituição do sentimento de pertencimento entre os membros da comunidade tradicional de pesca de Arraial do Cabo foi desenhada pela pesca artesanal. Criaram entre si um denominador comum: pescadores, homens do mar, que adquiriram novos saberes e técnicas com os índios e negros que aqui viviam, além de novas técnicas com aqueles que fixavam no Porto que vinham da Europa: Portugueses (colonizadores), holandeses, espanhóis, ingleses (pirataria).

Nessa perspectiva etnográfica efetuada por Prado (2002) a pesca, confecções de redes e cestos, salga do peixe (feita nas pedras, deixando o peixe exposto ao sol e realizado pelas mulheres), a renda, artesanatos e a

poesia eram as principais atividades dos cabistas, que também tinham outras formas de subsistência como a caça¹.

Já como forma de lazer, as atividades festas religiosas de origem portuguesa tinham grandes espaços. Além disso, diante do isolamento contavam com parteiras, rezadeiras, além de curandeiros e boticários que ficavam no cais do Porto. A mistura entre os elementos culturais portugueses, dos “piratas”, indígenas e africanos encontram-se no dia a dia dos cabistas, agora nativos do “arraiaá”. Assim, suas histórias, lendas e narrativas eram impregnadas por um teor mágico, um grande realismo fantasioso e uma maneira de formação moral e manter os “bons costumes”, para que houvesse a integração social. Nesse contexto, os elementos culturais funcionavam sobre a comunidade como um conjunto de mecanismos de controle exposto na teoria gerertziana.

Há inúmeros simbolismos refletidos nas condutas sociais que remetem a forma de organização desta comunidade. Tais símbolos partem do que seria a formação do juízo de valores morais e das motivações determinantes nas ações sociais, e não só são perceptíveis nos costumes, nos hábitos e nos rituais aculturalizados. Entretanto, os elementos que se destacariam são da cultura portuguesa. Sabe-se que esses elementos imateriais foram essenciais para organização do próprio “arraial”, passados de geração em geração, contando histórias e lendas. Assim além do processo de socialização feito nesse contexto cultural, os mecanismos de controle repressivo eram uma maneira de coerção social e formação moral, criando o medo como limitador das condutas das gerações mais novas e uma estratificação social na própria comunidade.

Há relatos que afirmam que quando chega à luz boa parte dessas histórias e lendas desaparece junto ao medo de andar à noite pelas ruas, onde os sons dos ventos, das matas e dos bichos ganhavam corpo no imaginário social. Mas, ainda assim, esta comunidade vivenciará em seu cotidiano determinados valores que definirão a limitação do reconhecimento social comunitário, da mesma forma que, formará determinados elementos estruturantes do modo de vida.

Pescar, fazer renda e poesia eram as principais atividades dos cabistas que também caçavam, principalmente nos finais de semana. Como forma

¹ Tais elementos culturais desenvolvidos por essa comunidade em sua totalidade, hoje são remontadas pelas comunidades fragmentadas presentes em Arraial do Cabo, nas distintas praias. Há uma busca da ancestralidade como elemento unificador nas comunidades. Essa informação foi obtida pela presidente da cooperativa feminina da Prainha Creusinha.

de lazer, faziam suas festas religiosas. Impera, em referência ao passado, uma série de combinações mágicas incluindo não só as imagens religiosas, como também os naufrágios. Se nos aproximamos mais dessa realidade fantástica, encontramos algo de pragmático para o devir da comunidade, pois se entregando aos contos de estórias e mágicas religiosas assombravam não apenas com prazer as crianças, mas depositavam sobre si mesmos a responsabilidade de garantir a moral e os bons costumes de sua integração social. (PRADO, 2002, p. 37-8)

Até, então, a relação que se faz em ser cabista seria “ser cabista é ser pescador” e com um grau de parentesco que traduzia a subjetividade na convivência social como sentimento de pertencimento. É sabido que existem elementos objetivos que orientam a organização social de uma comunidade (BEGER; LUCKMANN, 1985), mas também, há a subjetividade que intermediará as motivações das ações sociais no cotidiano. Hoje em dia, diante de tais transformações como foram ditas, existe ainda entre aqueles que são pescadores elementos culturais materiais e imateriais. Por isso, encontramos entre os pescadores mais antigos a verdade naquela afirmação: “ser cabista é ser pescador”.

Contudo, outros cabistas natos ou que adotaram Arraial do Cabo com sua cidade, e que são adoradores dessa cidade e nunca exerceram o ofício de pescador, não a consideram correta. Dizem que ser cabista era ser pescador, mas no tempo dos seus avós. Ou seja, há uma redefinição dos meios geradores do sentimento de pertencimento e, assim, do reconhecimento comunitário. Isso é possível através da ressignificação cultural, quando os elementos significantes trazidos pela migração e aqueles que foram passados de geração em geração se desdobram e são reinterpretados. Assim, há a aculturação, dando um novo formato a sociedade cabista na atualidade. Além disso, com o fluxo da migração e o paradigma desenvolvimentista com a implantação da CNA, um novo contexto cultural e econômico é formado. Há a constituição de novas identidades, além da identidade de pescador cabista, trazendo a sua desvalorização e a deterioração do que é ser pescador, e conseqüentemente, dos bens primários: respeito, autorespeito e autoestima.

2. Elementos socioculturais e a formação da comunidade pesqueira de Arraial do Cabo

É perceptível a partir dos pressupostos honnethianos a importância da correspondência do respeito e do autorrespeito para que exista o sentido de dignidade. Tal fato estará atrelado à formação de indivíduo como

pessoa de direito e relações recíprocas. A adoção das normas sociais pelos integrantes da comunidade significa dizer que não só aprende quais obrigações ele deve cumprir em relação aos demais membros. Mas, ele também adquire um saber sobre seus direitos, de modo que ele percebe a existência do respeito na vida social por quem é. Entretanto, com a constituição de novas funções e a deterioração da sua tarefa social – ser pescador – o respeito se torna fragilizado, logo, o autorrespeito também. Isso se deve, ao fato desse sujeito social – o pescador – não mais se perceber como membro completamente aceito nessa nova realidade e, assim não constituir relações de reciprocidade diante dessas novas atribuições sociais. Isso fomentara a perda do sentido da dignidade de ser membro da comunidade e no exercício de sua função. Da mesma forma, as relações de reciprocidade parecem com a ausência do respeito e do autorrespeito. Nesse contexto, Honneth (2009) contribui para nossa reflexão ao afirmar que:

(...) Os membros da sociedade podem saber-se reconciliados uns com os outros justamente sob a medida de um reconhecimento recíproco de sua unicidade – o respeito de cada pessoa pela particularidade biográfica de todo outro formaria de certo modo o fermento habitual dos costumes coletivos de um sociedade. (HONNETH, 2009, p. 109-10)

Já na contextualização histórica da formação da comunidade cabista e suas nuances existiam outros pontos socioculturais, que favoreceram o reconhecimento social da comunidade cabista. Entre eles, salientamos o grau de parentesco e a formação dos apelidos. Como dito anteriormente o sentido de companheirismo é muito forte nas comunidades tradicionais, e é factual na comunidade cabista. Dessa forma, o companheirismo e parentesco eram essenciais nessa comunidade e podemos observar que ainda hoje, estão presentes, ainda que com algumas modificações diante da realidade social.

Nessa perspectiva, é fundamental entendermos a origem da formação e do sentido do companheirismo e parentesco nessa comunidade. Desse modo, no modelo de parentesco de Arraial do Cabo encontramos o modelo religioso muito forte do catolicismo (origem portuguesa; colonizador). A maneira como há atribuição de sobrenomes, as alianças entre os compadres locais, foram gerados a partir do modelo ritualístico de batismo católico.

Como forma de exemplificar o peso das tradições religiosas em Arraial do Cabo, Damaceno (2003, p. 60) afirma que as festas religiosas, assim como, a adoração a Nossa Senhora dos Remédios (primeira Igreja erigida) eram respeitadas e extremamente relevantes na formação cultural.

Como exemplo, destacamos alguns rituais. Entre eles, levantamos que na sexta feira da Paixão e Finados, por exemplo, ninguém pescava, não se varria a casa, não se usava banha na comida, ou canoa ganhavam cruzes de madeira. “Aquele que se aventurava a pescar, diziam que estava de rabo. Ninguém ia à restinga pegar frutas; as casas ficavam fechadas e não se ouvia música nesses dias santos” (DAMACENO, 2003, p.60).

Já ao que se refere ao batizado e compadres há nesses rituais uma reelaboração bíblica e um grau de amizade e confiança ao eleger o padrinho dos seus filhos. Como forma de provar a integridade desses laços afetivos, baseados na total confiança entre os sujeitos sociais envolvidos, é inserido o sobrenome do padrinho no batismo. Como parte dessa relação, recaía sobre o padrinho uma grande responsabilidade sobre os afilhados. Ele representava o segundo pai, eles, os padrinhos, davam presentes às crianças, mas não no Natal, e sim na quinta feira santa, denominada nessa comunidade como “consoa”, que vem da palavra consolo. Os presentes eram dados uma vez ao ano, pois a pobreza imperava, daí o “consoa” ser análoga a palavra consolo; seria um consolo anual na Páscoa ser apresentado e seria uma responsabilidade dos padrinhos, já que firmaram uma aliança religiosa. Nesse aspecto, Prado (2002) afirma que:

Os sobrenomes, estes nomes que seguem aos primeiros nomes e identificam a ascendência, ou a “linhagem”, como diz Paulo, eram oriundos dos padrinhos, e recebidos apenas após o ritual do batismo, quando os mesmos assumiam responsabilidades sociais em relação aos infantes, através da aliança religiosa.

O pai, quando atribuía ao filho o sobrenome do padrinho, estava demonstrando, em relação a ele, extrema consideração. Um amigo, um convidado para ser compadre, era inserido como membro da família, e a inclusão do sobrenome ao nome da criança significava a prova concreta deste fato (...) o padrinho tem como dever ser legítimo, normativo e cognoscitivo, esta é a sua responsabilidade moral em relação ao afilhado, do qual é o segundo pai, pois assumiu esse compromisso religioso, de acordo com as regras reais e genuínas, sabidas por todos, mesmo que despreparadamente, projetadas no parentesco sagrado que sobrepõe o microcosmo das relações pessoais entre amigos, ao macrocosmo das realizações divinas (...) na relação padrinho/afilhado no ido de Arraial, o sacramento religioso toma a forma de “lei natural” dentro da sociedade (...) (PRADO, 2002, p. 54-9)

No que se refere aos apelidos, é muito comum entre os cabistas a identificação a partir dos mesmos e não pelos nomes. Dessa forma, o apelido torna-se a maneira de um cabista ser apresentado e representado, que traduz elementos estruturantes significativos. Tais apelidos muitas vezes são reduções do nome, algumas vezes estranhos, ou ainda podem ser representações da motivação presente nas entrelinhas do dia a dia. Ou seja,

há um contexto cultural experimentado para atribuição de cada apelido. Muitas vezes os apelidos foram definidos por um acontecimento peculiar, que traz marcas significativas, conteúdos mnemônicos, que favorecem a reconstrução histórica e das estórias desse lugar e são significativos para aqueles que compartilham os fatos originários de tais apelidos.

Várias são as origens dos apelidos, riquíssimas as situações que eles contam, de modo que se torna importantes investigá-las, isto é, se queremos conhecer realmente os “costumes” da vida local. Neste sentido, de transmissão da memória e, por assim dizer, do passado, os apelidos são um modo particular de fazer a história oral, e são também instrumentos da tradição. (PRADO, 2002, p. 66)

Isso significa dizer que os apelidos trazem uma história, já que a sua maioria, parte do real acontecido. Logo, na sua atribuição há elementos socioculturais vivenciados. Além disso, de certa forma apresentam tanto as mudanças quanto a conservação do que determina o modo de vida cabista, os seus costumes e tradições. Para Prado (2002, p. 68) os apelidos “são informações cognominadas, autobiográficas e, ao mesmo tempo, coletivas que se somam como narrativas às “experiências do cotidiano” e tomam corpo na condição de “marcas lembradas”. Por isso, ha uma grande quantidade dos apelidos e, por conseguinte, eles são ações comuns nessa comunidade. Em suma, os mesmos são tomados de significados, marcas históricas e culturais, de uma relação entre o passado e presente. Eles retomam a existência da memória social e suas possíveis reinterpretações e nuances. Isso é uma forma de dar sentido para a comunidade, já que os mesmos tornam se meios de transmitir suas tradições e fatos ocorridos desenhados por lembranças, significações e resignificações.

Neste aspecto, Le Goff (2013, p. 202) afirma que “a maior parte das sociedades considera o passado modelo do presente. Nesta devoção pelo passado há, no entanto, fendas através das quais insinuam a inovação e a mudança”. Logo, compreendemos a história como um processo contínuo, assim como, a cultura é sempre recriada, é viva. História e cultura estão na dinâmica social, e por isso, permitem aos envolvidos darem novas conotações aos fatos, aos valores e sua historicidade. Nossa reflexão sobre essa questão também é marcada pelos conflitos internos encontrados nessa comunidade, como o racismo local, o qual dificulta a constituição do reconhecimento social na dimensão comunitária e, assim, o sentido de justiça.

Embora seja uma comunidade tradicional pequena, marcada pelo isolamento, cercada por dunas, morros e mar, encontramos muito presente uma segregação, consequência do racismo local. Como mencionamos

anteriormente tal preconceito, foi alicerçado pelos dogmas religiosos e a dominação cultural portuguesa. Estes alicerçaram um racismo, que determinara os sujeitos dessa comunidade de maneira diferenciada e hierarquizada, os definindo em lugares específicos, as praias. Nesse contexto, em cada praia há a presença maior de um determinado grupo, de origens distintas, e por isso, com fenótipos distintos. Com isso, há a constituição de preconceitos e racismos o que provoca o não reconhecimento social, por não existir uma “sensibilidade social para a diferença”. Assim sendo, as experiências que deveriam favorecer uma relação intersubjetiva de reconhecimento, passam a ser compostas por experiências morais de desrespeitos sociais, motivando os conflitos sociais internos nessa comunidade pesqueira de Arraial do Cabo.

Há nessa comunidade ainda hoje um enorme “racismo” local. Essa segregação advinda da colonização portuguesa e demais europeus – na sua formação histórica – promoveu o estranhamento e o conflito diante do que se diferencia do que foi, então, determinado como padrão a ser seguido. Assim, tal racismo trouxe como consequência a segregação e o preconceito, e foi cultivado, em particular, pelos moradores da Praia dos Anjos, onde foi construído o porto, na qual existe a concentração da população de origem portuguesa e outras etnias europeias. Como Prado (2002, p. 61) afirma “havia uma divisão étnica no espaço”. Em outras palavras, nessa praia portuária temos quase em sua totalidade famílias tradicionais de origem portuguesa. O casamento entre primos era comum, logo, justificavam os problemas genéticos por conta dos males hereditários. Outra maneira de justificar tais problemas era com a traição, ou seja, a mulher havia traído, sendo então punida, castigada por Deus com um filho com distúrbios.

Entretanto, o fato é que os negros eram excluídos dessa praia, mas na Praia Grande, já eram encontrados relacionamentos interpessoais, nos quais o “racismo” é menor. Os sujeitos sociais da Praia dos Anjos casavam com brancos, natos ou que chegavam ao porto. Assim, há também os descendentes de holandeses, franceses, espanhóis e ingleses que se concentravam nessa praia. Segundo Prado (2002) esses criavam relações matrimoniais e estabeleceram o parentesco com os de origem portuguesa.

Diante disso, o domínio cultural português em Arraial do Cabo sempre foi uma realidade e isso trouxe como consequência, um clima desagradável e competitivo endógeno entre os moradores dessas praias e

² Termo definido por *Georg Simmel* citado no livro *Luta por reconhecimento* de Axel Honneth (2009, p.254).

assim, um reconhecimento comunitário limitado entre as praias. Tal fato explica a dificuldade de existir uma relação dialógica, que privilegie o denominador comum da comunidade pesqueira artesanal como um todo: a busca pelo reconhecimento social societário. Sem essa interlocução, há a reprodução de situações de desrespeito social e de conflitos sociais entre as distintas colônias e cooperativas. Essas situações, por sua vez, foram construídas historicamente e dificultam o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Nesse contexto, Honneth (2009) afirma que:

Somente a referência a uma lógica universal da ampliação das relações de reconhecimento permite uma ordenação sistemática do que, caso contrário, permaneceria um fenômeno incompreendido; pois as lutas e os conflitos históricos, sempre ímpares, só desvelam sua posição na evolução social quando se torna apreensível a função que eles desempenham para o estabelecimento de um progresso moral na dimensão do reconhecimento. (HONNETH, 2009, p. 265)

Para nós tal afirmação é de extrema relevância para que haja entre as diferentes praias e pescadores artesanais a constituição do reconhecimento social, ultrapassando os conflitos internos que foram construídos historicamente. Nesse sentido observa-se a ausência entre eles mesmos do que seria relações de reciprocidade independentemente dos fenótipos e etnias. Logo, não haveria adoção de normas sociais que pudessem regular as relações de cooperação da coletividade entre os diferentes indivíduos, das distintas praias, embora todos fossem pescadores e vivessem da pesca. Isso enfraqueceria não só a solidariedade social e a estima social, mas sabotaria a existência dos bens primários respeito e autorrespeito. Logo, encontramos em Honneth (2009) a base para nossa reflexão, quando ele afirma:

O indivíduo em crescimento não aprende só quais obrigações ele tem de cumprir em relação aos membros da sociedade; ele adquire, além disso, um saber sobre os direitos que lhe pertencem, de modo que ele pode contar legitimamente com o respeito de algumas de suas exigências: direitos são de certa maneira as pretensões individuais das quais posso estar seguro que o outro generalizado as satisfará. Nesse sentido, pela concessão social desses direitos, é possível medir se um sujeito pode conceber-se como membro completamente aceito de sua coletividade. (HONNETH, 2009, p. 135-6)

Isso significa dizer que quando há estratificação social entre os membros dessa comunidade, há distinções verticais hierarquizadas entre as praias pela formação étnico-racial. Em outras palavras, não há a constituição da relação de reciprocidade em sua totalidade na comunidade cabista. Logo, há o enfraquecimento do sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, há grandes dificuldades para a constituição do reconhecimento social na dimensão comunitária. Ao contrário de relações de

reciprocidade, houve a atribuição de estereótipos e estigmas. Assim sendo, o racismo difundido pela praia dos Anjos historicamente toma grandes dimensões e ainda percorre a vida cotidiana.

Prado (2002) afirma que os moradores da Praia Grande acusavam os da Praia dos Anjos de racistas e agressivos. Nesse aspecto, Prado (2002, p. 61) diz que “Na Praia dos Anjos, os negros eram excluídos da relação de namoro e casamento, todavia estabeleciam, eventualmente, tais relacionamentos na praia Grande, onde o racismo era menor”. Além disso, os moradores da Praia Grande diziam que a Praia dos Anjos, seria espaço dos “filhos do Porto” (filhos sem pai), uma forma depreciativa sobre os que viviam nessa praia. Entretanto, esse estigma viria na verdade de outro fato; traduzindo, filhos sem pai existiam, mas era devido à quantidade de violência sexual também vivenciada. O fato é que sempre existiram disputas e rinchas entre essas duas praias que desembocam na atualidade.

Já a famosa Prainha seria o espaço dos negros. Isso porque de acordo com Prado (2002, p. 62) os negros foram para Prainha em 1888, após abolição. Da mesma forma que aqueles que não eram escravos ou fugiam passaram a morar lá antes da abolição. Essa praia seria mais distante do centro do “arraial”; é cercada por morros e dunas. Os moradores mais antigos dizem que havia uma pequena trilha pelo morro que levará a praia do forno, mas que foi destruída para evitar a mobilidade dos negros dessa praia. Evidenciamos, então, a estratificação social pelo lugar. Assim, os brancos que “se misturavam” com os negros da Prainha. Contudo, esses seriam mal vistos pelos membros, principalmente, da Praia dos Anjos. Logo, caso houvesse a união marital teriam que mudar da praia dos Anjos. Desse modo, a Prainha passou a ser considerada local exclusivo dos negros, que esporadicamente, sempre que podiam se misturavam com os brancos na maioria das vezes na Praia Grande.

Essa última praia passar a ser considerada como o espaço mais democrático, o que jamais seria vivenciado na Praia dos Anjos. Isso favoreceu que os negros pudessem frequentar a Praia Grande, pescar e casavam suas filhas, eventualmente com os brancos de lá. Embora existisse essa relação com a continuidade da Prainha na Praia Grande, o racismo ainda era perceptível no fato de sempre preferir o casamento, a união entre os membros pela cor da pele. Em outras palavras, eram escolhidos os mais brancos, que determinava uma relação de poder, status local. Nesse contexto Prado (2002) afirma que:

A Prainha era então uma área exclusiva de negros que, quando possível, fugiam da endogamia imposta pelo racismo e se misturavam com os

brancos, obviamente não com os da Praia dos Anjos, mas com os descendentes da imigração portuguesa, da Praia Grande. Assim, a praia grande estabelecia com a Prainha uma certa continuidade, dentro de um conjunto de relações que não excluía o parentesco. Os negros andavam pela Praia Grande, trabalhavam na pesca e casavam suas filhas, eventualmente, com os brancos de lá. Mesmo sendo vistos, em alguma medida, como subalternos, as intimidades eram concebidas. Inclusive a piada serve para ilustrar uma certa jocosidade entre eles (...) A preferência na escolha do cônjuge se dava por conta do valor atribuído à brancura da pele, como também pelo domínio da escrita, restritos a alguns poucos, por falta de professores, posto que não existiam colégios (...) a Praia Grande é a área de maior mistura étnica e, por assim dizer, com maiores possibilidades matrimoniais. (PRADO, 2002, p. 62-63)

É perceptível que na constituição cultural em Arraial do Cabo encontramos fatos que são alimentados pela formação de uma consciência baseada no padrão cultural europeu português. Logo, há a legitimação do preconceito e da desigualdade nos gêneros. Há a definição de estigmas, segregações e uma hierarquização social nessa comunidade, definindo os lugares e papéis sociais desenvolvidos. Dessa forma, Prado (2002) contribui com nossa argumentação ao afirmar que:

Os negros, as mulheres e as crianças realizavam as atividades consideradas subalternas, todavia, as relações de parentesco, que englobavam as relações de compadrio, mantinham laços de fraternidade mesmo em situações de conflito, que na verdade eram comuns. (PRADO, 2002, p. 93)

Nesse contexto, temos como pressuposto teórico a intersubjetividade, que acontece na relação direta entre o social e o individual, de acordo com uma abordagem do humano, da própria formação humana. Há uma relação direta entre o objeto apreendido, o objeto de conhecimento e o sujeito. Os objetos do mundo, na verdade, são organizados culturalmente. Essas organizações são mediadoras nas relações sociais, através das interações, nas quais acontece a socialização propriamente dita, e que podem ser ressignificadas.

Segundo Braga (2000, p. 73) o processo de conhecimento, no qual temos a formação do indivíduo como membro de uma comunidade, se realiza nas interações sujeito/sujeito/objeto. Assim sendo, tem-se a compreensão de que há a constituição do sujeito cabista, com seus conhecimentos, formas de atuação e ações sociais. Por sua vez, essa pode ser entendida a partir da sua relação com os outros, num espaço que é preenchido pela intersubjetividade e a formação da consciência social intermediada pela cultura como contexto, definida pela historicidade, narrativas e aculturação. Por isso, que a base é a relação entre o “eu” e o “outro”, na qual, em nosso caso específico, há a apreensão de conhecimentos sobre a pesca,

sobre seus ritos e valores. Nessa relação os elementos estruturantes tiveram a manutenção e a modificação ao longo da historicidade da comunidade cabista, por meio das interações sociais vivenciadas.

Isso significa dizer que o princípio da formação moral, da consciência moral, dos valores estéticos, éticos, religiosos entre outros, são encontrados no meio sociocultural, o qual os sujeitos sociais pertencem e passam a se reconhecer e compartilhar esse acervo de conhecimentos e valores. Da mesma forma os ritos, mitos, tradições que os membros compartilham são elos integradores entre eles. Podemos considerar, então, que a formação da comunidade cabista é uma consequência do meio em que vive e da vida que experimenta e, conseqüentemente, das possíveis nuances e transformações que estarão presentes na dinâmica social.

(...) até que em 60, por causa dessa mudança social, surgiu o filme Arraial do Cabo, feito por *Paulo César Sarraceni*, para tratar da vida do pescador e das mulheres que viviam ao seu lado naturalmente fazendo renda de bilros, pois quando éramos primitivos, vivíamos basicamente da pesca. As cordas eram feitas de cipó de imbé e os cestos e chapéus também. A gente vivia em função da restinga. Do brejo se tirava a cortiça das redes, do tucum se tirava uma fibra para fazer pequenas redes primitivas, isto antes do náilon e da evolução, pois provavelmente era uma linha indígena, mas nossa grande influência aqui é de Portugal. (PRADO, 2002, p.85-6)

Por isso, que a vivência no meio sociocultural constitui papel constante na determinação do indivíduo para a vida coletiva e o reconhecimento social tanto na dimensão comunitária quanto societária (HONNETH, 2015). Percebemos que a interação entre os sujeitos sociais e o próprio meio ambiente trouxe formatos artesanais para a pesca desde os materiais utilizados como a maneira de produzir seus utensílios. Entretanto, com a dinâmica social e a Modernidade, novos materiais serão incorporados ao trabalho, hoje, temos novas denominações e novos instrumentos, mas, no entanto, a maneira de produzir ainda é artesanal. Por isso, é fato que encontramos nas distintas praias aqueles que podem ser considerados mestres artesãos. Da mesma forma, há uma grande produção de artesanatos que tem origem na pesca tendo distintos protagonistas perdidos no anonimato social.

Há uma apropriação cultural pelo sujeito do que é manifestado na interação e na memória social e coletiva presente na vida cotidiana. Conseqüentemente há a definição do sentido, das significações e das representações da cultura experimentada, que permitem identificar o modo de vida da comunidade pesqueira tradicional em Arraial do Cabo e suas modificações. Um exemplo trazido por Prado (2002, p. 85) é a produção de peixes

salgados, a qual compunha um ciclo de relações fechadas e com caráter tradicional familiar. O homem pescava e limpava e a mulher salgava. Diante da escassez tudo era aproveitado. O pescador não tinha escolaridade, tinha poucas séries e a mulher não estudava desde a época colonial. Entretanto, a partir de 1960 aconteceram mudanças como já foram ditas, e, existirá, por exemplo, a mulher iniciando uma carreira como professora primária e outras, na atualidade, formando cooperativas de salga e artesanato oriundos da pesca, com o aproveitamento da escama de peixe para confeccionar bijuterias.

Assim, partindo dessa pesquisa etnográfica se evidencia alguns dos elementos significantes dessa comunidade, possibilitando a compreensão do porque da memória social e coletiva ser mediada nas pequenas coisas, nas motivações e, assim, ações sociais, nas formas de pensar e nos valores que são apreendidos, por meio da convivência social. Sabemos que são narrativas e histórias contadas e lembradas que também compõem a memória social e coletiva (a ser trabalhado no próximo capítulo). Do mesmo modo, é perceptível a relevância do processo de socialização, composto por diversos elementos estruturantes significantes implementados, vivenciados na vida cotidiana nas interações sociais. Essas ganham sempre novos sentidos e interpretações, e, envolvem os membros da comunidade. Da mesma forma, a memória social e coletiva corresponde a uma forma de conhecimento e é uma verdadeira colcha de retalhos, que é reconstruída por meio da historicidade e das necessidades da própria comunidade. Logo, mantê-la viva é também uma maneira de dar continuidade a existência da comunidade e de seu modo de vida. A memória social e coletiva torna-se elemento chave para que identifiquemos a historicidade da comunidade, ainda que seja em novos contextos sociais e culturais, na relação dos atores sociais envolvidos.

O processo de construção ou de produção opera uma dimensão em que, partindo do real, do acontecido, a memória – como elemento permanente vivido –, atende a um processo de mudança ou de conservação. A reação resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constituirá a marca que o caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou o indivíduo, formando todo um imaginário que se constituem uma referência permanente no futuro. (MONTENEGRO, 2013, p. 19-20)

Portanto, compreendemos que a comunidade cabista devido a todas as variáveis que permitiram o seu isolamento social, manteve se constantemente alimentada pela construção e reconstrução da sua memória social e coletiva. O que temos nessa comunidade é muito intrínseco a ela mesma,

por isso, tais elementos culturais ainda serem tão fortes, como a pesca artesanal e as distintas tarefas sociais, a questão dos apelidos, apadrinhamento, rinha entre as praias, racismo local, a religiosidade, além das definições de papéis desenvolvidos por homens e mulheres em suas tarefas sociais, assim como, a sua valorização e continuidade no futuro.

3. *Historicidade, reconhecimento e herança cultural*

Segundo Tedesco (2004, p. 77-8) a historicidade de um grupo, comunidade é baseada na reconstrução da memória coletiva. Dessa forma, o que representa essa comunidade é composto por simbologia; possibilita a idéia de continuidade, de significação atemporal. Isso é possível devido à relação objeto e sujeito no meio social, no qual o espaço, o local, permite que a memória, de maneira geral, seja funcional para a comunidade. Desse modo, a memória social e coletiva fornece maneiras de constituir recordações nas atividades, nas relações, por meio das mais diversas narrativas, de maneira que estas ao serem lembradas, estarão presentes no imaginário coletivo, tendo um enorme valor simbólico.

Há objetos que assumem no imaginário coletivo um enorme valor simbólico (...) a prática social e cultural reenvia a capacidade da memória exteriorizar-se e objetivar-se, isto é, de tomar forma e sedimentar as representações sociais de um certo passado em determinados objetos, símbolos, artefatos culturais e comunitários. Os objetos da memória objetiva e subjetivamente, depende do contexto, dos grupos e significados em questão, possuem um poder evocativo, ao mesmo tempo em relação de reciprocidade. (TEDESCO, 2004, p. 80-1)

A própria formação de pescadores, a qual ainda traz as tradições e conhecimentos adquiridos pela oralidade, é vivenciada na relação com a natureza e entre eles enquanto pescadores ou sujeitos envolvidos com a pesca artesanal. Isso permite a formação da consciência de si mesmo e (re) constituição da sua representatividade social. Neste aspecto, haveria um desdobramento normativo e um progresso moral determinantes do reconhecimento recíproco e, posteriormente, das três formas de reconhecimento definidas na teoria honnethiana. Sendo assim, ainda que persistam determinados conflitos internos e à formação de estigmas e estereótipos, estes poderiam ser ultrapassados diante das novas condições sociais, em prol da existência da comunidade no futuro. Isso favoreceria tanto a sua continuidade quanto a luta pelo reconhecimento social societário.

(...) são as três formas de reconhecimento do amor, do direito e da estima que criam primeiramente, tomadas em conjunto, condições sociais sob as quais os sujeitos humanos podem chegar a uma atitude positiva para com eles mesmos; pois só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança,

autorespeito e autoestima, como garante sucessivamente a experiência das três formas de reconhecimento. (HONNETH, 2009, p. 266)

Além disso, a socialização realizada por meio da herança cultural permitiu e ainda permite que valores sejam rememorados e recontados nas suas narrativas intermediando as interações cotidianas. Essas ainda hoje são peças de uma grande quebra cabeça entre passado e presente e existência (sobrevivência) no futuro. É nesse aspecto, que percebemos a importância da intersubjetividade na relação entre os sujeitos sociais. Essa intersubjetividade tem como alicerce um quadro de referências, o qual ainda é desenhado pela memória social e coletiva. Por isso, que a memória social e coletiva percorre o processo de socialização e/ou endoculturação e introspecção. Desse modo, poderão existir novas significações e representações, preenchendo lacunas, as quais favorecerão a existência de novos sentidos e a constituição da consciência dos envolvidos, por meio do contexto vivenciado pela comunidade na atualidade.

Vivo no mundo do senso comum da vida cotidiana equipado com corpos específicos de conhecimento. Mais ainda, sei que outros partilham, ao menos em parte, desse conhecimento, e eles sabem que eu sei disso. Minha interação com os outros na vida cotidiana é por conseguinte constantemente afetada por nossa participação comum no acervo social disponível de conhecimento (BEGER; LUCKMANN, 1985, p. 62).

Segundo Beber & Luckmann (1985, p.62) tal processo de socialização acontece, porque há um acervo social de conhecimentos. Tal acervo inclui um conhecimento sobre a realidade social, assim como, conhecer os limites que existem. Dessa forma, quando o indivíduo participa da vida cotidiana, ele está participando desse acervo de conhecimento, que permite a sua “localização” no grupo, na comunidade, além de permitir que ele exerça sua função social de maneira apropriada. Isso se deve a um acúmulo de conhecimentos que são, primeiramente, selecionados e significados, para que sejam rememorados, narrados, repassados de uma geração para outra. Da mesma forma acontece com os códigos morais e estéticos e a formação da consciência de si mesmo para a vida comunitária.

4. Conclusões

Entendemos que essa comunidade de pesca artesanal traz em seu interior um acervo de conhecimento, que ao longo de sua história também passou por um processo seletivo e significador para a mesma. Hoje, não seria diferente. Essa comunidade encontra-se no meio social sendo desafiada há todos instantes. É colocada a prova diante de novos enfrentamentos.

Desse modo, é evidenciado que há uma redefinição do seu acervo de conhecimentos e suas estruturas significantes. Como por exemplo, citamos a instalação da CNA. Houve abertura de estradas, o que quebrou o isolamento social e geográfico. Trouxe uma infraestrutura e, paradoxalmente, a favelização dos morros com o fluxo de migração desordenada, permitiu que o turismo exarcebado, em suas lindas praias, fosse uma nova realidade e também possibilitou um processo de aculturação. Além disso, favoreceu ao surgimento de novas funções sociais, determinando um novo status local em detrimento o que seria ser um pescador tradicional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *Cidade, ambiente e política: problematizando a Agenda 21 local*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRAGA, Elizabeth dos Santos. *A constituição da memória: uma perspectiva histórico cultural*. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

BERANGER, Abel. *Dados históricos de Cabo Frio*. Cabo frio 500 anos de História. 3. ed. Rio de Janeiro: Banco do Brasil, 2015.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Trad. de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DAMACENO, Meri. *Cabistezas “causos” do Arraial*. RJ: Talagarça, 2003.

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural – Recursos que acompanham o crescimento das cidades*. SP: Saraiva, 2006.

DIEGUES, A. C. *Planejamento e Gerenciamento Costeiro: Desenvolvimento Sustentado, Gerenciamento*. São Paulo: Ática, 2001.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 2003.

HERMET, Guy. *Cultura e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOBBSAWM, Eric *et al.* *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INSTITUTO ACQUA/PETROBRÁS, PROLAGOS. *A pesca oceânica no município de Arraial do Cabo – Elementos socioeconômicos*. Arraial do Cabo, 1992.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. Revista. Campinas-SP: Unicamp, 2013.

LEROY, Jean Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BERCKER, B.K.; MIRANDA, M. (Orgs). *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1997. P. 251-72

LIFSCHITZ, Javier Alejandro *et al.* *Neocomunidades: reconstruções de saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MONDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Caminhos da História)

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História* (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP). v. 10. São Paulo, 1993.

PRADO, Simone Moutinho. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudanças sociais em Arraial do Cabo*. Niterói: EdUFF, 2002.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de histórias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

TEDESCO, João C. *Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração*. Passo Fundo: UPF, 2004.

_____. *Memória e cultura: o coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nono*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 2001.